



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 04/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado manifestou indignação com o que classificou como distanciamento entre parte da classe política e a população, afirmando falar em nome de trabalhadores que pagam impostos e cobram maior responsabilidade dos representantes eleitos. Ressaltou que Parlamentares devem lembrar que sua atuação deve responder diretamente ao povo, a quem chamou de verdadeiro “patrão” dos agentes públicos. Criticou a postura de integrantes do Legislativo diante de decisões e situações envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), mencionando também debates relacionados ao caso do Banco Master e ao empresário Daniel Vorcaro. Afirmou que denúncias e controvérsias envolvendo autoridades e instituições deveriam receber maior atenção do Congresso e que a população acompanha esses acontecimentos. Ao final, disse que o eleitorado está atento às ações de Parlamentares e que o desempenho dos representantes será avaliado nas próximas eleições.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado relatou reunião realizada no Ministério da Educação para discutir a expansão do ensino superior público na Bahia. Explicou que foi debatida a criação de um *campus* da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) no Município de Gandu (BA), com o objetivo de atender estudantes de toda a região do Baixo Sul e ampliar o acesso à educação pública de qualidade. Lembrou que a proposta tem origem no Projeto de Lei nº 327, de 2015, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o referido *campus*. Em seguida, defendeu o fim da escala de trabalho 6x1 no Brasil. Argumentou que a redução da jornada é necessária para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, permitindo mais tempo para convivência familiar, descanso e bem-estar, além de valorizar o trabalho com melhores salários e condições laborais. Por fim, afirmou que a mudança seria um avanço social em favor da classe trabalhadora.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou a realização da 12ª Caminhada do Perdão em Feira de Santana (BA), evento religioso organizado pela Arquidiocese de Feira de Santana. Ressaltou que a mobilização reuniu mais de 50 mil pessoas nas ruas da cidade em um momento de fé e reflexão com o tema “Fraternidade e Moradia”. Agradeceu a organização do encontro e mencionou a atuação do arcebispo Dom Zannoni Demettino Castro e do padre Hipólito na condução da atividade. Em seguida, abordou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal. Por fim, citou diálogo com a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Endemias, presidida por Ilda Angélica Correia, e afirmou que a medida representa um direito legítimo desses trabalhadores que atuam na linha de frente do sistema de saúde pública no país.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado abordou o aumento dos casos de feminicídio no país e defendeu mudanças na legislação penal para endurecer as punições contra agressores de mulheres. Afirmou que o número de assassinatos motivados por violência de gênero continua elevado e medidas protetivas nem sempre conseguem impedir novos crimes. Criticou o sistema de progressão de regime previsto na legislação penal e defendeu a retirada de benefícios para condenados por feminicídio, além da discussão sobre redução da maioridade penal para 16 anos. Também citou a necessidade de fortalecer a aplicação da Lei do Feminicídio. Afirmou ainda que políticas de proteção às mulheres dependem não apenas de leis mais rígidas, mas também de estrutura adequada para as forças de segurança. Nesse contexto, mencionou déficit de efetivo nas polícias do Estado de São Paulo, apontando falta de policiais, equipamentos e salários competitivos para garantir patrulhamento e atendimento adequados. Ao final, defendeu a ampliação do efetivo policial e melhores remunerações para profissionais da segurança pública como parte das medidas necessárias para combater a violência e proteger a população.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada denunciou a falta de acompanhamento pedagógico para crianças com autismo no Município de Jaboatão dos Guararapes (PE). Explicou que a ausência desse suporte tem impedido que muitas crianças frequentem regularmente as salas de aula, o que compromete seu processo de aprendizagem. Além disso, relatou que mães de crianças com transtorno do espectro autista estão preocupadas com a situação e afirmou que a responsabilidade recai sobre a administração municipal. Por fim, fez cobrança direta ao Prefeito Mano Medeiros, pedindo providências para garantir o acesso dessas crianças à educação com o acompanhamento adequado.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado informou que a Comissão de Viação e Transportes (CVT) aprovou requerimento de sua autoria propondo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a transferência das atribuições remanescentes do setor hidroviário do Ministério dos Transportes para o Ministério de Portos e Aeroportos. Explicou que a proposta busca evitar fragmentação administrativa e fortalecer a coordenação do transporte aquaviário no país, integrando melhor a gestão das hidrovias ao sistema portuário nacional. Além disso, ressaltou que o transporte aquaviário, que inclui navegação marítima e hidroviária, é estratégico para o Brasil por permitir o escoamento de grandes volumes de carga com menor custo logístico e menor impacto ambiental. Ao final, manifestou expectativa de que a Presidência da República analise a sugestão e considere a mudança como forma de melhorar a governança e a eficiência logística do sistema hidroviário brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado registrou a comemoração dos 70 anos de fundação do Município de Autazes (AM), informando que participou das celebrações ao lado do Prefeito José Thomé Neto, do Vice-Prefeito Marclei Araújo e de Vereadores e lideranças locais. Ressaltou que durante a programação foram realizados atos administrativos, incluindo a assinatura da ordem de serviço para construção de uma unidade conhecida como maternidade, tecnicamente denominada Casa do Parto, cuja obra será viabilizada com recursos de emenda parlamentar de sua autoria. Também mencionou a inauguração de uma base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) com novas ambulâncias, além da entrega de cadeiras de rodas e veículos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social. Acrescentou que as atividades incluíram uma missa de ação de graças realizada na Paróquia de São Joaquim e Sant'Ana e encontros com lideranças e moradores. Por fim, destacou o trabalho da administração municipal e reafirmou o compromisso de seu mandato em destinar recursos para obras e serviços que beneficiem a população local.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado informou o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial, iniciativa que reúne mais de duzentos Parlamentares. Explicou que a criação da Frente demonstra que temas ligados à saúde, ciência e desenvolvimento econômico têm reunido apoio suprapartidário no Congresso. Afirmou que mais de 800 mil brasileiros utilizam terapias com cannabis medicinal para tratamento de doenças como epilepsia com crises convulsivas, câncer e Parkinson, entre outras condições crônicas, destacando que muitos pacientes recorrem à substância quando os tratamentos convencionais não apresentam resultados satisfatórios. Também ressaltou o potencial econômico do cânhamo industrial, planta que, segundo ele, pode originar mais de 50 mil produtos utilizados em setores como construção civil, indústria têxtil, cosméticos, alimentação, bioplásticos e bioenergia. Ressaltou que o Brasil não deveria ignorar o cultivo de uma cultura considerada sustentável e com amplo potencial industrial. Argumentou ainda que o marco regulatório da cannabis medicinal e do cânhamo no país tem avançado de forma fragmentada desde 2015, muitas vezes por meio de decisões judiciais que obrigam a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a regulamentar o tema. Recordou que, em 2021, uma comissão especial da Câmara aprovou proposta de regulamentação, mas recursos apresentados impediram o avanço da matéria, que permanece sem votação final. Por fim, defendeu que o Congresso retome o debate e avance na regulamentação, afirmando que diversos países das Américas, da Europa e da Ásia já utilizam a cannabis medicinal e desenvolvem cadeias produtivas relacionadas ao cânhamo industrial.

Marcon (PT - RS) - O Deputado abordou a proximidade do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, afirmando que a data deve servir não apenas para celebração de conquistas, mas também para reflexão sobre a violência contra as mulheres no país. Ressaltou que a sociedade precisa se posicionar de forma firme contra o feminicídio, ressaltando que o problema exige especialmente uma mudança de postura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

por parte dos homens. Disse que, no Rio Grande do Sul, vinte mulheres teriam sido vítimas de feminicídio apenas nos dois primeiros meses do ano. Defendeu maior diálogo e mobilização social para enfrentar a violência de gênero, afirmando que a luta contra o feminicídio deve ser permanente. Por fim, afirmou que o 8 de março deve representar a defesa da vida e da dignidade das mulheres, ressaltando que a valorização e o respeito às mulheres precisam ser praticados todos os dias.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado elogiou a atuação do Ministério Público em São Francisco do Conde (BA), afirmando que a instituição teria atuado de forma sensível diante de problemas enfrentados por estudantes e famílias da cidade. Na oportunidade, criticou a situação socioeconômica do Município, mencionando dificuldades como desemprego e insegurança alimentar, e afirmou que tais problemas seriam incompatíveis com a condição econômica da cidade. Também destacou a mobilização de sindicatos e lideranças locais que vêm atuando em defesa da população e pressionando por soluções. Acrescentou que acompanha o caso e informou ter solicitado a participação do Governo do Estado da Bahia e do Governo Federal na busca de medidas que atendam às demandas da população. Ao final, mencionou a importância do Congresso Nacional na discussão de temas de interesse da sociedade, citando especialmente a área da segurança pública.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada registrou a presença de representantes do Município de São Luís de Montes Belos (GO) que visitavam o Congresso Nacional. Foram mencionados a Vereadora Eliane Tavares, a Vereadora Danielle Pinheiro e o Vereador Vilmar Bertolino. Na oportunidade, destacou a importância das câmaras municipais como instâncias próximas da população, responsáveis por ouvir diretamente as demandas da sociedade e encaminhá-las aos demais níveis de Governo. Ao final, pediu que os representantes levassem sua saudação à população do Município goiano.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado denunciou supostas irregularidades envolvendo o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Afirmou que a Polícia Federal (PF) teria solicitado a abertura de inquérito para apurar possível troca de favores entre o Governador e o Desembargador Macário Neto, citado em investigação sobre venda de sentenças e vazamento de informações. Disse que a apuração envolveria mensagens nas quais o Governador teria solicitado ajuda ao magistrado em questão relacionada a processo envolvendo o ex-Prefeito do Município de Montanha (ES). Questionou a possibilidade de interferência política no Judiciário e afirmou que juízes e desembargadores devem atuar estritamente conforme a lei e a Constituição. Também afirmou ser alvo de perseguições políticas no Estado e declarou esperar que as investigações avancem para esclarecer os fatos. Por fim, reiterou críticas ao Governador e afirmou que pretende enfrentá-lo politicamente nas eleições de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Amaro Neto (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado apresentou balanço de seu mandato, destacando a destinação de mais de R\$ 92 milhões em recursos para o Espírito Santo em 2025, com investimentos principalmente nas áreas de saúde, agricultura, esporte, educação, infraestrutura, turismo e cultura. Explicou que os recursos foram aplicados em ações como fortalecimento da atenção básica de saúde, aquisição de máquinas agrícolas, construção e reforma de espaços esportivos, incluindo projeto em Iconha (ES), modernização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), pavimentação de vias e apoio ao turismo em Municípios como Viana (ES). Na continuidade, destacou sua atuação legislativa em diversas Comissões da Câmara, como Comunicação, Indústria, Comércio e Serviços, além de colegiados voltados à ciência, tecnologia, inteligência artificial e segurança pública; e a participação na elaboração de mais de cem propostas legislativas, entre elas o Projeto de Lei nº 2.720, de 2025, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso Criminoso de Substâncias Químicas Tóxicas. Por fim, lembrou que seu mandato tem priorizado pautas relacionadas à segurança pública, saúde, desenvolvimento econômico e transparência.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado manifestou preocupação com o início de um novo conflito no Oriente Médio e destacou a necessidade de atenção prioritária aos brasileiros que se encontram na região. Afirmou que cidadãos do Brasil que vivem, trabalham ou realizam viagens de turismo e negócios no local estariam sem apoio ou orientação adequada das representações diplomáticas do país. Por fim, fez um apelo ao Congresso e às autoridades brasileiras para que adotem medidas de assistência e proteção a esses cidadãos, defendendo que o Governo concentre esforços em garantir segurança e suporte aos brasileiros afetados pela situação.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou ações da Prefeitura de Colatina (ES) contra o Vereador Dr. Vitor Louzada, afirmando que o gestor municipal teria ingressado com processos judiciais para impedir a atuação fiscalizadora do Parlamentar. Explicou que a iniciativa representaria tentativa de limitar o papel constitucional de fiscalização exercido pelos Vereadores sobre a administração pública. Por fim, manifestou apoio ao Vereador e defendeu a continuidade de seu trabalho de acompanhamento e controle das ações do Executivo municipal.

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado manifestou preocupação com denúncias relacionadas ao Banco Master e ao empresário Daniel Vorcara, citando declarações divulgadas publicamente que indicariam comportamentos violentos e um ambiente de intimidação envolvendo críticas feitas à instituição. Afirmou que o caso ultrapassa um escândalo financeiro e pode envolver relações com diversos setores da política e de outros Poderes da República. Diante das suspeitas, defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar o caso de forma ampla, com o objetivo de esclarecer



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

eventuais irregularidades e responsabilizar os envolvidos. Por fim, ressaltou que a investigação seria necessária para evitar sensação de impunidade e garantir transparência diante das denúncias que vêm sendo debatidas publicamente.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou a presença de Vereadores do Município de Teresópolis (RJ), na região serrana do Estado, destacando os Parlamentares Dudu do Resgate e Fidel. Também saudou o Prefeito Leonardo Vasconcellos e as lideranças locais do Município. Ressaltou a importância da cidade, conhecida por seu potencial turístico, e informou que escolheu instalar um gabinete parlamentar fixo em Teresópolis para ampliar o atendimento à população da região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado destacou os 59 anos da Zona Franca de Manaus (ZFM), afirmando que o polo industrial representa um dos principais instrumentos de desenvolvimento regional do país. Ressaltou que o modelo alcançou faturamento superior a R\$ 227 bilhões, gerando mais de 131 mil empregos diretos e cerca de 600 mil indiretos, além de impulsionar o comércio em Manaus (AM). Elogiou trabalhadores e empresas que atuam no polo e defendeu a importância da iniciativa para reduzir desigualdades na Amazônia Ocidental. Em seguida, comentou denúncias relacionadas ao Banco Master e à prisão do empresário Daniel Vorcaro, afirmando que o caso evidencia fragilidades no sistema financeiro nacional. Também criticou a atuação do Banco Central do Brasil (Bacen), citando o ex-Presidente Roberto Campos Neto, e mencionou impactos envolvendo o Banco de Brasília (BRB). Por fim, solicitou à Mesa Diretora da Câmara a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades relacionadas ao banco e eventuais prejuízos a trabalhadores, aposentados e fundos de previdência.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado manifestou indignação diante de recentes casos de violência contra mulheres e meninas no país, citando especialmente um episódio de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro (RJ) e o aumento de feminicídios no Rio Grande do Sul. Afirmou que o problema exige respostas institucionais e mudanças culturais para enfrentar a violência de gênero. Nesse contexto, informou ter apresentado o Projeto de Lei nº 898, de 2026, que altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei Maria da Penha, para declarar inafiançáveis os crimes de lesão corporal de natureza grave ou gravíssima praticada em contexto de violência doméstica e familiar, descumprimento de medida protetiva de urgência, e crimes sexuais contra vulnerável, além de incluir o vazamento de imagens íntimas entre as condutas abrangidas. Por fim, defendeu que tais medidas são necessárias para combater a cultura de impunidade e ampliar a proteção às mulheres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o empresário Daniel Vorcaro após a divulgação de mensagens atribuídas a ele no contexto das investigações sobre o Banco Master. Defendeu que o conteúdo revelado indicaria ameaças contra jornalistas e contra uma trabalhadora doméstica. Além disso, mencionou que Vorcaro estaria preso por determinação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, e defendeu que o empresário colabore com as investigações, apontando possíveis envolvidos no caso. Por fim, reiterou a necessidade de instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as denúncias relacionadas ao Banco Master e eventuais irregularidades envolvendo agentes públicos e privados.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado registrou a presença de Guigui, filho do Senador Magno Malta, na Câmara dos Deputados. Apresentou o jovem ao público e o descreveu como patriota. Relatou uma conversa com Guigui sobre namoradas e mencionou que comentou com ele que poderia ter apenas uma. Também informou o perfil do jovem no Instagram, indicado como @guigui9444, e sugeriu alteração para “2222”. Ao final, deu boas-vindas a Guigui à Câmara dos Deputados.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado comentou o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Afirmou que a CPI representou instrumento relevante de investigação no Parlamento, voltado ao esclarecimento de dúvidas e à apuração de problemas fiscais e casos de corrupção. Apontou questionamentos sobre depoimentos de convocados que compareceram às comissões com autorização do Supremo Tribunal Federal para permanecer em silêncio, o que gerou críticas sobre a efetividade dos trabalhos. Defendeu entendimento entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal para definição de normas sobre depoimentos. Comentou sobre a CPI do jornal Última Hora, relacionada a financiamento obtido pelo veículo durante o Governo de Getúlio Vargas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado solicitou apoio dos colegas ao Projeto de Lei nº 663, de 2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Câmara Municipal acerca de obras e serviços executados no Município por órgãos ou entidades da União ou do Estado. Afirmou que intervenções realizadas por órgãos federais, como a Codevasf, ocorreram em cidades sem conhecimento prévio dos Vereadores, o que limitou a fiscalização local. Explicou que a proposta determinou o envio das informações às Câmaras no prazo de até cinco dias após a assinatura do contrato, incluindo dados sobre valores, prazos e condições da execução. Também informou que o descumprimento da regra poderá gerar sanções administrativas ao responsável pelo contrato.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado comentou reportagens da imprensa sobre trechos de relatório do Congresso dos Estados Unidos que trataram de ações do Exército de Libertação Popular da China na América



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Latina. Afirmou que o documento apresentou críticas a países da região e levantou suspeitas sobre cooperação científica com a China. Citou menção ao Projeto BINGO, instalado no sertão da Paraíba, e afirmou que o relatório insinuou possível uso dual de tecnologias do radiotelescópio. Declarou que o projeto teve finalidade científica e destacou a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Informou que o radiotelescópio integrou cooperação internacional voltada ao estudo de fenômenos cosmológicos, como matéria e energia escuras, por meio da observação de sinais de rádio no universo.

Amanda Gentil (PP - MA) - A Deputada abordou o aumento de casos de violência contra a mulher no Brasil e defendeu a urgência para o Projeto de Lei nº 885, de 2026, que institui o Sistema Nacional de Monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência (SNMMPU), altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) para dispor sobre a avaliação preliminar de risco da vítima e dá outras providências. Informou que protocolou projeto de lei para criar um sistema nacional de monitoramento das medidas protetivas, com integração de informações entre órgãos de segurança pública. Afirmou que a iniciativa buscou ampliar o acompanhamento dessas decisões e apoiar ações de prevenção e resposta à violência. Informou que o texto também tratou da possibilidade de retirada de armas da posse do agressor após a concessão de medida protetiva pelo Judiciário. Solicitou apoio dos Deputados à proposta e destacou a importância de políticas de proteção às vítimas de feminicídio e de violência física e psicológica.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado registrou a presença de Emerson Silveira, Secretário Nacional do Movimento Emancipalista Brasileiro. Afirmou apoio à pauta da emancipação de distritos e povoados, com referência à realidade do Estado do Maranhão, onde comunidades se localizam a cerca de 100 quilômetros das sedes municipais. Citou localidades com população entre 15 mil e 20 mil habitantes e afirmou que a criação de novos Municípios poderia ampliar a organização política e administrativa dessas regiões. Também divulgou o site do movimento, emancipalismo.com.br, e convidou os Deputados a conhecerem as propostas da iniciativa.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado Pompeo de Mattos informou que apresentou o Projeto de Lei nº 590, de 2026, que inclui no Programa Farmácia Popular do Brasil os medicamentos Mounjaro e Zepbound (à base de tirzepatida), bem como outros medicamentos agonistas do receptor de GLP-1 com eficácia comprovada no tratamento da obesidade, da Doença Crônica Baseada em Adiposidade (DCBA), do sobrepeso com risco metabólico e do Diabetes Mellitus tipo 2, e dá outras providências. Afirmou que a proposta buscou ampliar o acesso da população a esses tratamentos, diante do aumento de casos de obesidade e diabetes no Brasil. Declarou que o alto custo desses medicamentos limita o acesso de pacientes de baixa renda e destacou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

que o tratamento também está associado à prevenção de complicações como doenças cardiovasculares. Argumentou que a ampliação do acesso poderia reduzir gastos futuros do Sistema Único de Saúde com complicações dessas doenças e solicitou apoio dos colegas à aprovação da proposta.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado comentou a tramitação da Proposta de emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que o texto teve origem em iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conduzida pelo Ministro Ricardo Lewandowski a pedido do Presidente Lula, com participação de órgãos federais e contribuições de Estados. Declarou que a proposta sofreu alterações durante a tramitação e citou debates envolvendo interesses de Governos estaduais e atores políticos. Manifestou expectativa de aprovação do projeto após ajustes realizados no Senado. Além disso, criticou ações militares atribuídas aos Governos dos Estados Unidos e de Israel em Teerã e informou apoio a manifestação realizada em Brasília (DF) em defesa da paz.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada abordou o crescimento do movimento conhecido como Red Pill no Brasil e afirmou que o grupo disseminou conteúdos misóginos em plataformas digitais como Discord e Telegram. Declarou que essas redes promoveram discursos que apresentam mulheres como inferiores e citou relatos de incitação a práticas violentas, incluindo estupro corretivo. Mencionou informações divulgadas pela Polícia Federal sobre possíveis conexões entre esses ambientes virtuais e casos de violência sexual, entre eles episódios de estupro coletivo. Defendeu criminalizar a incitação organizada à misoginia no ambiente virtual.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado contestou informações divulgadas sobre ataques a uma escola no Irã, afirmando que não há comprovação de participação de Israel no episódio que teria resultado em 150 mortes. Declarou que Israel não reconheceu responsabilidade e afirmou que suas operações militares miram exclusivamente bases militares, evitando alvos civis. Destacou que informações que vinculam o país a ataques contra civis configurariam disseminação de notícias falsas e alertou sobre a necessidade de checagem antes da publicação em veículos oficiais, incluindo o programa A Voz do Brasil.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado falou sobre a investigação envolvendo o Banco Master e a prisão de Vorcaro, apontando que o caso evoluiu de escândalo financeiro para investigação policial. Relatou que Vorcaro foi preso novamente após ameaçar testemunhas, tentar influenciar o Banco Central e envolver-se em esquemas de corrupção. Citou que o telefone de Vorcaro continha nomes de Deputados, Senadores e outras pessoas, que serão analisados pela Polícia Federal. Afirmou que o empresário e seu cunhado, Zettel, formariam uma quadrilha com patrimônio milionário e envolvimento em fraudes, incluindo recursos da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Previdência. Destacou que Vorcaro pode permanecer em silêncio ou optar por delação premiada, e afirmou que a investigação deve trazer revelações significativas sobre aliados e envolvidos no esquema.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado relatou visita à Universidade de Brasília para acompanhar a atualização de supercomputadores e discutir a expansão do ensino de inteligência artificial para o interior do Maranhão. Afirmou que o objetivo do projeto foi levar tecnologia e conhecimento às regiões mais pobres do Nordeste, reduzindo desigualdades sociais e promovendo acesso à ciência e tecnologia. Destacou o trabalho do Instituto Federal do Maranhão e da Universidade Federal do Maranhão, e defendeu investimento em infraestrutura para permitir que estudantes locais tenham acesso à capacitação em inteligência artificial sem precisar se deslocar para outros Estados. Também ressaltou a necessidade de apoio conjunto da bancada maranhense e de ações coordenadas em nível nacional.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado destacou o apoio a um projeto voltado à causa autista em Mato Grosso. Afirmou que a iniciativa, idealizada por Kamilla Anjos e Dra. Paola Fadul, buscou levar informações e orientações a mães, educadores e profissionais de saúde em cidades do interior sobre cuidados com crianças e adolescentes autistas. Ressaltou que o projeto visa suprir lacunas de informação em municípios com recursos limitados, garantindo acesso seguro e rápido a dados relevantes. Citou visita ao Centro Amar, em Cuiabá (MT), que oferece terapias como fisioterapia, terapia ocupacional e acompanhamento psicológico a alunos da rede pública, e anunciou parceria com a Primeira-Dama de Cuiabá (MT) e Prefeitos locais para implementar o programa em quinze cidades, com recursos federais, ampliando suporte às famílias e fortalecendo inclusão social.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado expressou preocupação com a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, enviada pelo Governo Federal, trazendo avanços limitados no combate a facções criminosas. Destacou a necessidade de atenção às pautas das classes de segurança e afirmou que o sistema deve tratar desigualmente criminosos desiguais. Também comentou a prisão de Vorcaro, acusando-o de ameaçar jornalistas e cidadãos e relacionando o caso ao sentimento de impunidade no Brasil. Comparou decisões de magistrados da Suprema Corte sobre sigilos bancários e financeiros de familiares de figuras públicas, questionando a eficácia da Justiça no País.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou os resultados positivos das políticas do Governo do Presidente Lula na geração de emprego no Brasil. Informou que, em janeiro de 2026, foram criados 112.300



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

novos postos de trabalho formais em todo o País, incluindo 2.400 no Estado do Espírito Santo. Afirmou que a expansão do emprego é importante para o bem-estar das famílias e contribui para reduzir a insegurança econômica. Ressaltou que o crescimento no Espírito Santo refletiu a tendência nacional, evidenciando o impacto das ações do Governo Federal na criação de oportunidades de trabalho e na melhoria das condições de vida da população.

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado denunciou problemas relacionados ao nível do Lago de Furnas e à atuação da empresa Furnas no interior de Minas Gerais. Afirmou que, apesar de chuvas constantes, a cota do lago permanece abaixo do esperado, prejudicando investimentos locais em turismo, comércio e infraestrutura. Criticou a falta de investimentos prometidos há mais de 60 anos, incluindo travessias, pontes e balsas, e solicitou intervenção do Diretor-Geral do ONS para regularizar a situação. Também abordou a paralisação das obras da BR-265, que permanece incompleta há uma década, destacando trechos perigosos e acidentes frequentes, e pediu ao DNIT prioridade na conclusão do trecho entre Bom Jesus da Penha (MG) e Jacuí (MG). Afirmou que os moradores, mesmo pagando impostos, seguem enfrentando descaso e falta de respostas do Governo.

ORDEM DO DIA

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados anunciou a aprovação de dois requerimentos de urgência referentes aos Projetos de Lei nºs 793, de 2026, e 794, de 2026. Em seguida, proferiu decisão acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança Pública. Destacou que a Comissão Especial, constituída em 3 de setembro de 2025, teria esgotado o prazo de quarenta sessões para emitir parecer, conforme o Regimento Interno. Afirmou que a matéria chegou ao Plenário por ser urgente e por a Comissão ter discutido o tema com participação de Governo Federal, Governadores, técnicos e autoridades, além do trabalho do Relator, o Deputado Mendonça Filho, e do Presidente da Comissão, o Deputado Aluisio Mendes. Por fim, informou consenso na reunião de Líderes para votar no dia, mencionou a futura discussão de destaques.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado proferiu parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado esclareceu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Por fim, citou ainda as investigações envolvendo o empresário Daniel Vercaro e o caso do Banco Master como exemplo recente de debates sobre responsabilidade penal e desigualdades no sistema de justiça.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado proferiu parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada apresentou questionamento sobre a decisão do relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, de inadmitir parcialmente a Emenda nº 8. Por fim, argumentou que textos constitucionais estabelecem apenas diretrizes gerais e que a definição de fontes de recursos ocorreria posteriormente por meio de legislação complementar.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado proferiu parecer complementar ao art. 40 da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada levantou Questão de Ordem informando que foi apresentado recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para contestar a inadmissão parcial de emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, em discussão. Argumentou que a emenda, de sua autoria, recebeu destaque de diferentes partidos. Por fim, explicou que o objetivo do recurso é garantir que o colegiado avalie novamente a decisão e permita a apreciação integral da proposta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada apresentou Questão de Ordem com base no artigo 54 do Regimento da Câmara, contestando a decisão do Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, de inadmitir emendas ao texto da proposição que dispõe sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Argumentou que a exclusão dessas emendas prejudicaria categorias que atuam diretamente na área, especialmente policiais civis, e impediria a discussão de temas como direitos previdenciários das mulheres na carreira policial, incluindo a diferença de idade para aposentadoria. Também criticou mudanças introduzidas na reforma da Previdência do Governo de Jair Bolsonaro e defendeu que a atual proposta poderia corrigir essas distorções. Além disso, citou a necessidade de maior integração nacional no combate ao crime organizado e mencionou investigações envolvendo o empresário Daniel Vercaro como exemplo da complexidade da criminalidade no país. Por fim, afirmou que seu partido não havia dado acordo para a inadmissão das emendas e solicitou esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo Relator.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado informou que a Federação PSOL REDE decidiu retirar o destaque apresentado ao texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, sobre segurança pública. Explicou que havia divergências com pontos específicos do relatório, embora não tivesse oposição integral à proposta original do Governo. Além disso, como não houve possibilidade de votação dos destaques para alterar esses trechos, a Federação optou por encaminhar voto contrário. Por fim, ressaltou que a posição não significava oposição a eventuais melhorias para servidores da área de segurança pública, mas sim discordância com aspectos do texto final apresentado pelo Relator.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados informou ao Plenário decisão da Presidência que inadmitiu destaque apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025. Segundo a decisão, não seriam aceitos destaques que criassem ou ampliassem despesa pública sem estimativa de impacto orçamentário e financeiro e sem indicação de fonte de custeio, conforme o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Afirmou ainda que os destaques incidiam sobre temas como regras previdenciárias, piso remuneratório e regime de remuneração de carreiras da segurança pública.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição sobre segurança pública representou uma construção política ampla entre Governo, Congresso e Governadores. Ressaltou que a iniciativa partiu do Governo do Presidente Lula no início de 2025 e buscou reorganizar o sistema nacional de segurança pública, mantendo competências dos Estados e estabelecendo coordenação entre União, Estados e Municípios. Destacou também que o texto constitucionalizou fundos de financiamento da área e previu divisão de recursos entre entes federados. Por fim, citou a retirada da proposta de redução da maioria penal durante as negociações e agradeceu a participação de Líderes partidários, do Relator e do Presidente da Câmara na construção do acordo.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado proferiu parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado apresentou questão de ordem após a Presidência inadmitir o Destaque nº 2 à Proposta de Emenda à Constituição da segurança pública. Afirmou que a decisão criou precedente ao impedir a análise do destaque sob argumento de impacto financeiro. Destacou que a proposta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

buscava retirar dos Estados a atribuição de credenciar polícias municipais, pois a medida poderia submeter guardas municipais ao crivo de Governadores e citou dificuldades administrativas em Estados com grande número de Municípios, como Minas Gerais. Por fim, declarou que apresentou o destaque em nome do bloco formado por PRD, Solidariedade e Avante e pediu revisão da decisão da Presidência.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado informou ao Plenário a morte de uma testemunha do caso Banco Master, registrada como suicídio na prisão. Pediu apuração da Polícia Federal e do Judiciário sobre as circunstâncias do ocorrido, por se tratar de pessoa sob custódia do Estado.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou o Governo por ter prejudicado o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da segurança pública ao retirar a redução da maioria penal, que contaria com apoio popular. Declarou também apoio a pontos da PEC que limitariam o ativismo do Conselho Nacional de Justiça que viria usurpando competências do Congresso.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Eriberto Medeiros (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Além disso, criticou discursos que defendem a redução da maioria penal e denunciou a não instalação da CPMI sobre o caso Banco Master. Por último, acusou o Congresso de omissão por não debater a criação de um piso nacional para os trabalhadores da segurança pública.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado afirmou que a violência no Brasil exige respostas urgentes e que mudanças na legislação, por si só, não resolverão o problema da segurança pública. Destacou falhas na integração de informações entre os Estados no sistema nacional de segurança e defendeu a proposta enviada pelo Presidente Lula para ampliar a atuação da Polícia Federal no combate ao crime organizado. Por fim, ressaltou a importância do Estatuto da Vítima e da participação da sociedade e das instituições no enfrentamento da criminalidade.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, elogiou o trabalho do Presidente da Comissão Especial da PEC, Deputado Aluisio Mendes, e do Relator, Deputado Mendonça Filho, enaltecendo os avanços promovidos no texto da proposição e lamentando a não inclusão do seguro de vida para os policiais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou que o Governo Lula não prioriza a segurança pública e enviou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os arts. 21, 22, 23, 24 e 144 da Constituição para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na área, por interesse eleitoral. Ademais, criticou o Presidente Lula por defender criminosos e por declarações que vitimizam traficantes e desrespeitam as mulheres. Além disso, condenou gastos do Governo, a política econômica do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e alertou que empresas brasileiras estão transferindo atividades para o Paraguai. Adicionalmente, apontou crescimento da reprovação ao Governo Lula no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Nordeste e na Paraíba. Reconheceu ainda avanços no texto final da PEC como mudanças relativas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao voto de presos, entre outras, mas lamentou a ausência de medidas favoráveis aos direitos dos profissionais da segurança pública. Ao final, manifestou-se favoravelmente à PEC, apesar das falhas.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, elogiou a política de segurança pública do Governo Lula, destacando o Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção), o lançamento do Pacto contra o Feminicídio e o PL nº 3.073, de 2025, que dispõe sobre as modalidades qualificadas dos crimes de furto e receptação. Além disso, destacou que o texto da PEC resultou de negociação entre Governo e Parlamento, reconhecendo avanços, embora tenha apontado problemas no art. 5º e a ausência de medidas relativas aos profissionais da segurança pública. Ao final, condenou as mentiras propagadas por adversários políticos e apontou vínculos de Daniel Vercaro, ex-Presidente do Banco Master, com o ex-Presidente Bolsonaro e com o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de 5 sessões para a apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, elogiou o trabalho do Relator, Deputado Mendonça Filho, e contestou as críticas de Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) à PEC, esclarecendo, por exemplo, que a "grave ameaça" é um conceito consolidado, que já existe no Código Penal de 1940.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado contestou o discurso do Deputado Kim Kataguiri para esclarecer que é favorável ao Estatuto da Vítima e aos direitos da vítima e que seu pronunciamento se referia ao debate sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) e às mudanças relacionadas ao inciso XLVI-A do art. 5º da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Constituição, promovidas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Paulão (PT - AL) - O Deputado parabenizou a Câmara dos Deputados pela votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, defendeu as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master, alertando para o suicídio do preso conhecido como "Sicário" e para as ameaças do dono do Master ao jornalista Lauro Jardim.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de 5 sessões para a apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, apontou retrocessos no Substitutivo, criticando mudanças no art. 5º da Constituição que poderiam ampliar o uso do conceito de "grave ameaça" e prejudicar garantias constitucionais. Além disso, condenou a possibilidade de a Câmara dos Deputados revogar resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ameaçando as conquistas das minorias, e apontou ausência de medidas direcionadas aos direitos dos profissionais da segurança pública.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, destacou que o texto original da PEC foi aperfeiçoado e totalmente modificado pelo Relator, Deputado Mendonça Filho, e que o Partido Liberal (PL) jamais aprovaria o texto do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao final, alertou para o avanço da corrupção e de facções criminosas na Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Pedro Paulo (PSD - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, manifestou posição contrária à Reforma da Previdência, que retirou direitos como paridade e integralidade, e reafirmou seu compromisso em lutar pelos direitos dos profissionais da segurança pública, lamentando não ter sido possível inserir essas demandas na PEC em apreciação.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, saudou os Delegados da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL) do Maranhão e outros profissionais de segurança pública do Estado que contribuíram com a proposição em apreço.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, celebrou as emendas do Partido Novo, acolhidas pelo Relator Mendonça Filho da PEC da Segurança Pública e pelo Relator Derrite do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

dispõe sobre o combate às organizações criminosas (PL Antifacção). Além disso, destacou a emenda acolhida que retira os direitos políticos dos presos provisórios, reduzindo os votos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Presidente Lula. Ao final, apontou o envolvimento de autoridades do Governo Lula com o Banco Master.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, enalteceu o Governo Lula pela iniciativa da PEC da segurança pública e pelo combate às organizações criminosas.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, destacou que o texto aprovado da PEC é bastante superior à proposição original encaminhada pelo Governo Federal. Por fim, condenou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) por terem impedido a inclusão da redução da maioria penal na PEC.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ademais, defendeu o combate aos crimes de colarinho branco, alertando para a revelação, em conversa interceptada em investigação criminal, de encontro entre o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada cumprimentou o Presidente Hugo Motta pela decisão de tratar a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, como prioridade. Em seguida, registrou avanços obtidos para os operadores de segurança pública, com menção à Polícia Ferroviária Federal, ao Sistema Socioeducativo e à Polícia Rodoviária Federal. Citou também a criação de pensão por morte e por invalidez para policiais civis como atendimento a antiga demanda da categoria. Ressaltou ainda medidas relacionadas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

ao enfrentamento do feminicídio. Por fim, reconheceu que nem todas as propostas desejadas foram contempladas, mas avaliou que a conjugação de esforços no Parlamento permitiu avanços relevantes na pauta.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados registrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública, como marco para a Câmara dos Deputados e para o País. Em seguida, afirmou que a proposta resultou de diálogo entre bancadas, audiências públicas e articulação com representantes do Governo Federal. Também destacou a criação de sistema integrado de segurança pública, penas mais rigorosas para crimes como estupro, pedofilia e feminicídio, além do Estatuto da Vítima e da garantia da autonomia dos Estados. Ademais, agradeceu aos Deputados Aluisio Mendes e Mendonça Filho pela condução dos trabalhos. Ao finalizar, informou a criação de Comissão Especial para discutir a redução da maioria penal e reforçou compromisso do Parlamento com o enfrentamento da violência e a proteção das mulheres.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado cumprimentou o Presidente Hugo Motta e os Deputados Aluisio Mendes e Mendonça Filho pela votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública. Em seguida, avaliou que a proposta representou o avanço possível no contexto do debate parlamentar e ressaltou que o texto entregou instrumento relevante para a segurança da sociedade. Ademais, criticou a posição do Governo Federal por não permitir a inclusão da redução da maioria penal na proposta nem a realização de referendo sobre o tema em 2028. Ao concluir, registrou apoio à transformação das Guardas Municipais em Polícias Municipais e saudou a medida como reconhecimento ao papel dessas instituições na segurança pública.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado parabenizou a Câmara dos Deputados e o Deputado Mendonça Filho pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública. Classificou a votação como um marco para o País e destacou avanços no reconhecimento das Guardas Municipais como Polícias Municipais e na inclusão dos agentes socioeducadores entre os profissionais da segurança pública. Citou também medidas debatidas no texto, como mudanças na audiência de custódia, penas mais rigorosas em regime fechado para crimes graves e o fim do voto de presos. Por fim, defendeu que o Parlamento avance na valorização remuneratória dos trabalhadores da segurança pública e cobre dos Governadores a implementação do escalonamento salarial previsto na legislação das Polícias Militares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada, no âmbito da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, destacou a importância de romper a invisibilização dos trabalhadores do sistema socioeducativo. Em seguida, registrou que o Parlamento não conseguiu corrigir uma injustiça da reforma da Previdência, que retirou a paridade e a integralidade das aposentadorias de profissionais da segurança pública. Lembrou que agentes socioeducativos e policiais penais estavam contemplados em proposta que buscava assegurar aposentadoria integral para essas categorias. Afirmou ainda que o debate sobre condições de trabalho, saúde e integridade psicológica dos profissionais da segurança pública constitui questão de Estado. Por fim, informou que seguirá defendendo a retomada da paridade e da integralidade para esses trabalhadores.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado agradeceu ao Presidente Hugo Motta a confiança depositada em seu trabalho como Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública. Além disso, destacou a atuação dos membros da Comissão Especial destinada à análise da matéria. Em seguida, ressaltou que a proposta alcançou votação expressiva, resultado atribuído ao diálogo e à articulação política no Parlamento. Avaliou também que o projeto respondeu ao anseio da população diante da violência no País. Por fim, dedicou a aprovação à liderança do Presidente da Câmara dos Deputados e afirmou que a prioridade dada ao combate à violência marcou a condução dos trabalhos legislativos.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados cumprimentou o Deputado Mendonça Filho e reafirmou seu reconhecimento ao trabalho do Parlamentar na relatoria da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública. Em seguida, destacou que a capacidade de diálogo e a abordagem técnica contribuíram para a construção de consenso no Parlamento. Avaliou também que a aprovação da proposta representou avanço para a Câmara dos Deputados e resposta à cobrança da sociedade por mais segurança e investimentos na área. Afirmou ainda que a medida cria condições para fortalecer o enfrentamento ao crime organizado e aprimorar as políticas de segurança pública no País. Por fim, anunciou o resultado da votação em segundo turno, com 461 votos favoráveis e 14 contrários, confirmando a aprovação da matéria.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado registrou apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, com reconhecimento aos Deputados que votaram favoravelmente à proposta. Em seguida, defendeu que o Parlamento dê celeridade a medidas voltadas à valorização dos operadores da segurança pública, responsáveis pela aplicação dos instrumentos previstos na emenda. Ademais, destacou que os resultados da proposta serão acompanhados pela população e poderão contribuir para melhorias na segurança. Também mencionou a importância de realização de referendo para discutir a redução da maioria penal, com participação direta da sociedade na decisão. Finalizou ressaltando que os profissionais da segurança pública precisam de atenção e valorização por parte do Estado.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada cumprimentou as Deputadas Coronel Fernanda e Soraya Santos e reconheceu o trabalho das Parlamentares na condução do relatório sobre o Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui um protocolo de atendimento a vítimas de estupro. Destacou que o texto unificou orientações existentes nos Ministérios da Saúde e da Justiça, com objetivo de fortalecer a proteção às mulheres. Registrou ainda negociação envolvendo destaque apresentado pelo Deputado Duarte Jr., com busca de consenso em torno da proposta. Também defendeu que o Parlamento avance em outras matérias relacionadas à proteção das mulheres, como a violência vicária. Ao concluir, afirmou que a aprovação de iniciativas dessa natureza representa compromisso do Parlamento com a defesa das mulheres, das famílias e com a garantia de direitos.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado informou a retirada do destaque apresentado ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, em debate. Explicou que a decisão ocorreu após diálogo com a Relatora, Deputada Soraya Santos, para assegurar que o texto contemplasse a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Destacou a importância de garantir acesso ao laudo e ao exame de corpo de delito já na audiência de custódia, como instrumento para manutenção da prisão de agressores. Ressaltou que a medida contribui para fortalecer a resposta do Estado diante de casos de violência e tentativa de feminicídio. Por fim, registrou confiança no texto atualizado apresentado pela Relatora e confirmou a retirada do destaque.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, que institui protocolo penal para a atuação das autoridades competentes nos casos de crime de estupro, com base no Código Penal e no Código de Processo Penal Brasileiro, estabelecendo prazos para a realização do exame de corpo de delito, administração de coquetéis profiláticos, e audiência de custódia, bem como outras medidas de atendimento à vítima e preservação de provas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado parabenizou a Deputada Soraya Santos pelo Projeto de Lei nº 2.525, de 2024, de amparo às vítimas de estupro, mas assinalou que penas severas são necessárias para combater a violência. Além disso, citou o caso de uma jovem de 17 anos estuprada em Copacabana, Rio de Janeiro, por cinco rapazes, sendo o mentor um menor de idade. Dessa forma, manifestou insatisfação com a retirada da redução da maioria penal da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança Pública, e defendeu que quem comete crime de adulto deve pagar como adulto.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada agradeceu à Parlamentar Delegada Katarina pelo ambiente propício às discussões, reconheceu o trabalho de Lucas e sua equipe, bem como agradeceu a Gustavo pela articulação. Além disso, destacou a atuação dos consultores que trabalharam em equipe, dos peritos do Piauí e dos Deputados Tarcísio Motta e Duarte Jr., que retiraram destaques. Assinalou que o Projeto de Lei nº 2.525, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

2024, que separou a custódia da prova da custódia prisional. Por fim, agradeceu à Deputada Coronel Fernanda e ao Parlamento pelas iniciativas desde 2013.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou e apoiou a iniciativa do Dia Internacional de Conscientização sobre o HPV no Estado do Tocantins. Assinalou que o HPV está presente em quase 100% dos casos de câncer de colo do útero. Além disso, destacou que a vacina disponível pelo Sistema Único de Saúde é segura e eficaz. Por fim, evidenciou os índices de cobertura vacinal alcançados pelo Tocantins e apelou às famílias para que garantam a imunização.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada registrou a sanção da Lei nº 15.336, de 8 de janeiro, que determinou a publicação bienal do Relatório Nacional com Dados do Registro Unificado de Violência contra as Mulheres, assim como apontou que a medida fortaleceu a Política Nacional de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres (Lei nº 14.232/2021) ao sistematizar informações para orientar ações governamentais, decisões parlamentares e controle social. Além disso, reconheceu a autoria da Senadora Damares Alves, relatou a atuação como Relatora nas Comissões competentes e assinalou a compatibilidade com a Constituição Federal. Por fim, avaliou que a norma ampliou transparência, responsabilização estatal e qualificação das políticas públicas de proteção.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado analisou o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes e assinalou que decisões judiciais recentes teriam produzido distorções no sistema de freios e contrapesos e insegurança jurídica. Citou caso em que ministro do Supremo Tribunal Federal anulou quebra de sigilo determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Além disso, apontou dúvidas sobre o procedimento processual adotado e sobre critérios aplicados quando investigações alcançaram membros da Corte. Por fim defendeu a CPI como instrumento democrático de fiscalização previsto na Constituição e declarou que o Congresso Nacional deveria restaurar o equilíbrio institucional.

Diego Coronel (PSD - BA) - O Deputado prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher, reconhecendo o papel essencial das mulheres na construção da sociedade brasileira, bem como sua atuação em diversas áreas, desde a liderança familiar até a política e a ciência. Dedicou palavras especiais às mulheres da Bahia e, de forma pessoal, à sua avó Marinalva, à sua mãe Eleusa, à sua esposa Mariana e à sua filha Clarinha, além de registrar gratidão às mulheres que trabalham em seu mandato parlamentar. Por fim, reafirmou compromisso com avanços para um Brasil mais justo e igualitário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 17.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/03/2026

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado manifestou indignação com decisão da 9ª Câmara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que concedeu alvará de soltura a homem de 35 anos condenado a nove anos de prisão por estupro de vulnerável contra menina de 12 anos em Indianópolis (MG), bem como absolveu a mãe da vítima. Apontou afronta ao Código Penal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente e lembrou entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a irrelevância de consentimento ou vínculo afetivo. Além disso, assinalou repúdio ao casamento infantil, citou dados oficiais sobre uniões de crianças e compromissos internacionais. Por fim defendeu providências processuais cabíveis.

Daniel Barbosa (PP - AL) - O Deputado manifestou solidariedade às famílias das vítimas das enchentes em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Além disso, abordou as chuvas intensas em Alagoas que atingiram o Agreste e o Sertão, com destaque para Palmeira dos Índios, Piranhas e Delmiro Gouveia, onde houve transbordamentos, alagamentos, rompimento de rodovia entre Piranhas e Canindé do São Francisco e mortes. Defendeu investimentos em infraestrutura preventiva e programas habitacionais para reassentamento. Por fim assinalou que as tragédias refletiram desigualdade e vulnerabilidade urbana.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou o Dia Nacional do Turismo. Assinalou que a atividade impulsiona emprego e renda ao movimentar hotelaria, transporte, comércio, cultura e eventos. Além disso, declarou que o Brasil apresenta diversidade natural e cultural que favorece a atração de visitantes. Destacou o Rio de Janeiro como destino estratégico, citando a capital e regiões como a Região Serrana, Búzios, Angra dos Reis, Costa Verde e Costa do Sol. Por fim, defendeu investimentos em infraestrutura, segurança, qualificação e promoção internacional, bem como planejamento de longo prazo e valorização dos profissionais do setor.

ENCERRAMENTO